

Nos próximos 12 meses, o governo fará uma economia bilionária no pagamento da dívida só com a redução nos juros. Em dois anos, o corte nos gastos será o mesmo esperado com a reforma da Previdência em 20 anos

CORREIO BRAZILIENSE

27 OUT 2003

# GANHO DE R\$ 26 BILHÕES

133

ANA D'ANGELO

DO ESTADO DE MINAS  
e VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O mercado financeiro já fez as contas: a economia gerada em dois anos com a redução da taxa básica de juros (Selic) de 26,5% para 19%, entre junho e outubro deste ano, é praticamente a mesma que os ganhos que o governo espera com a reforma da Previdência ao longo de 20 anos. Nos próximos 12 meses, os cofres públicos vão deixar de gastar cerca de R\$ 26 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, para cada ponto percentual de redução na taxa de juros, as despesas com juros da dívida mobiliária corrigida pela Selic diminuem aproximadamente R\$ 3,5 bilhões em um ano.

Em dois anos, a economia com os juros da dívida poderá chegar a R\$ 52 bilhões, caso a Selic permaneça em 19%. O impacto da queda dos juros não está considerando futuros cortes na taxa básica. Já a reforma da Previdência do servidor público deve gerar economia em torno de R\$ 50 bilhões em 20 anos, conforme a última estimativa divulgada pelo Ministério da Previdência com base na proposta aprovada pela Câmara dos Deputados. Amanhã, o Senado começa a discutir em plenário as mudanças nas regras das aposentadorias do servidor público aprovadas pela Câmara. A proposta já

foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

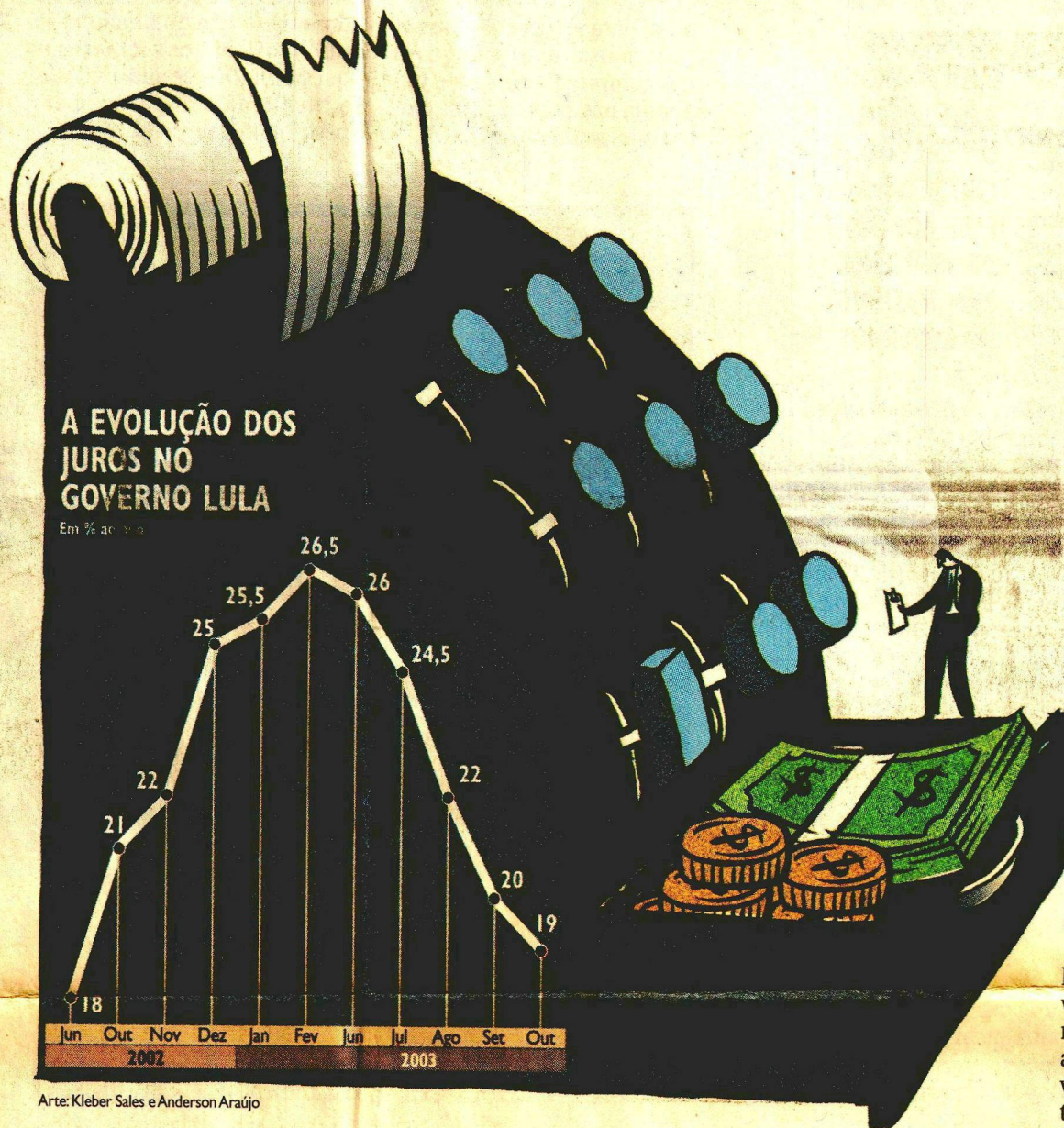
"Não há dúvidas que os efeitos fiscais da queda dos juros são maiores e mais imediatos que a reforma da Previdência", ressalta o economista-chefe da Consultoria Global Station, Marcelo Ávila. "Por isso, o governo deveria acelerar o processo de redução da Selic, abrindo um horizonte para que os investimentos públicos possam ser retomados", diz.

## Garantia

Ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, diz que os juros altos são hoje o maior problema para o ajuste das contas públicas. Segundo ele, a reforma da Previdência, que ainda depende de aprovação no Senado, é uma garantia de que, ao longo dos próximos anos, o governo não será obrigado a ir ao mercado e emitir títulos para financiar o pagamento de aposentados. Mas, imediatamente, o efeito da reforma sobre a economia será apenas psicológico.

"Olhando para os números da dívida e os gastos com juros, podemos ter a noção do tamanho do estrago que uma política monetária excessivamente apertada, como a que está sendo executada atualmente pelo BC, pode fazer sobre as finanças do governo", destaca. Tanto Marcelo Ávila quanto Carlos Thadeu fazem questão de ressaltar que a reforma da Previdência não perde sua importância no longo prazo.

O economista e especialista em



contas públicas, Raul Velloso, alerta que economia com a redução da taxa de juros não compensa a diminuição das despesas a ser gerada pela reforma da Previdência. "Essas despesas não são substituídas, são complementares. Não há

como reduzir taxa de juros se a percepção de risco do país não melhora. O mais importante é a situação das contas primárias e não financeiras no futuro, que só melhoram com reformas como a da Previdência, embora o seu im-

pacto não seja gigantesco", afirma.

Segundo Velloso, a taxa real de juros, que está hoje em torno de 12%, pode ser reduzida para até 8%. "Só podemos chegar a 8%, se há algum tempo era de 15% e 20%, porque a reforma da Previ-

dência em curso melhorou a percepção de risco do País", explica.

## Desequilíbrio

O consultor Marcelo Estevão, ex-secretário de Previdência Social, destaca também que a reforma da Previdência é fundamental para organizar estruturalmente as contas públicas. "À medida que organiza as contas públicas, o País ganha a confiança do investidor, porque este percebe que o devedor está fazendo o dever de casa para honrar suas obrigações. Portanto, o País acaba criando condições para rolar suas dívidas em melhores condições, o que inclui pagar menos juros", diz.

Para Estevão, a reforma da Previdência é apenas um item no conjunto de ações adotadas na área fiscal. "A reforma tributária também pretende garantir fluxo de recursos para o setor público compatível com as obrigações que o País tem que honrar no curto e médio prazos", afirma.

Na avaliação do professor de Políticas Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) Simão Davi Silber, muito dos juros altos pagos pelo governo tem a ver com o desequilíbrio nas contas públicas provocado pelo déficit da Previdência. Pelas suas contas, o déficit nominal que o setor público registra, de 5% do PIB, é exatamente o buraco registrado todos os anos no caixa da Previdência. Sendo assim, a reforma é tão fundamental para a solvência do governo quanto a queda dos juros.